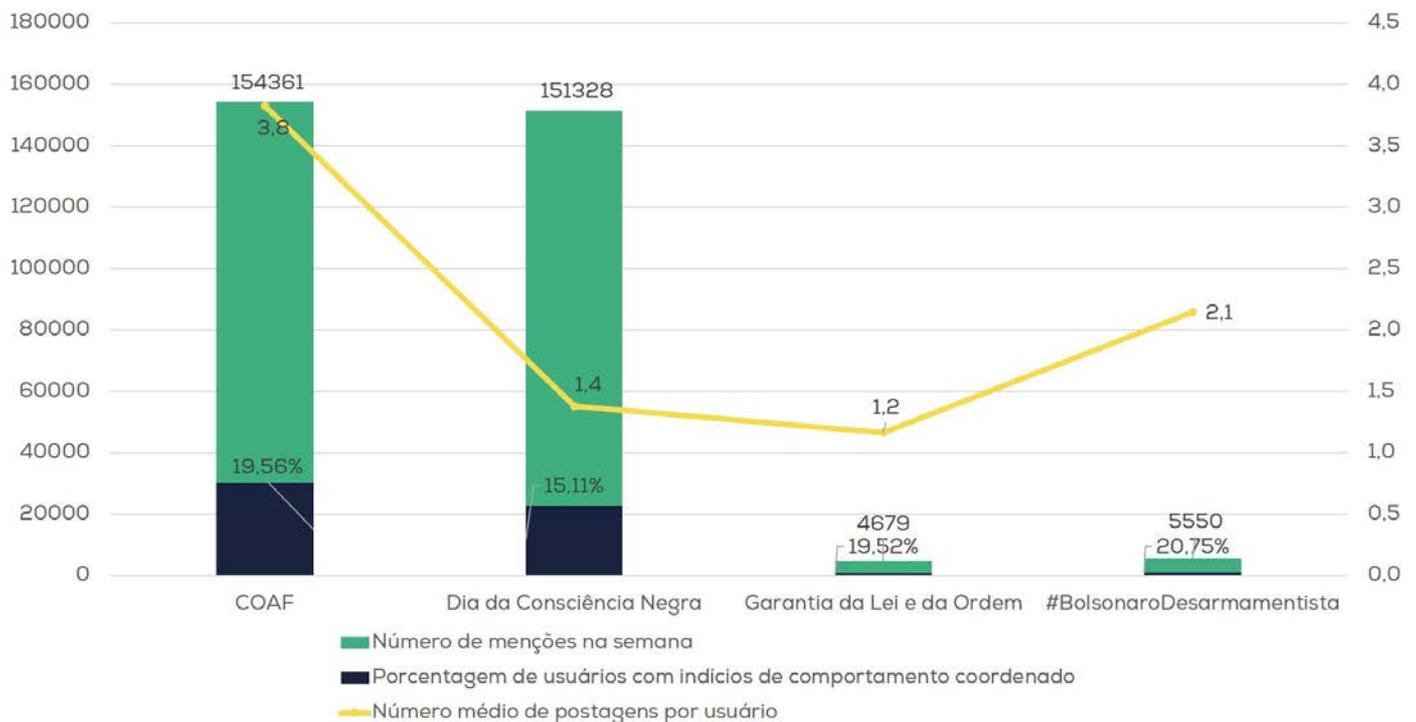


Usuários debatem o uso político das polícias e porte de armas no Brasil

Discussão nas redes foi motivada por projeto de lei da presidência sobre excludente de ilicitude em operações GLO

A semana foi marcada pelo Dia da Consciência Negra e pela apresentação de projeto de lei ao Congresso Nacional que pretende garantir, entre outras coisas, o excludente de ilicitude a militares atuando em operações de Garantia da Lei e da Ordem - a proposta foi enviada pela Presidência da República. As redes reagiram a favor e contra a proposta, que ensejou um debate sobre a repressão policial em manifestações nas ruas e sobre o porte de armas. O julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre o compartilhamento de relatórios financeiros com o Ministério Público sem prévia autorização judicial foi o assunto de destaque no radar das redes. A expressão "COAF" (antigo Conselho de Controle da Atividade Financeira, atual Unidade de Inteligência Financeira) contou com 154.361 menções e elevada proporção de comportamento coordenado: quase 20% das postagens e média de 3,8 tweets por usuário. Essas manifestações aparecem associadas à questão da corrupção.

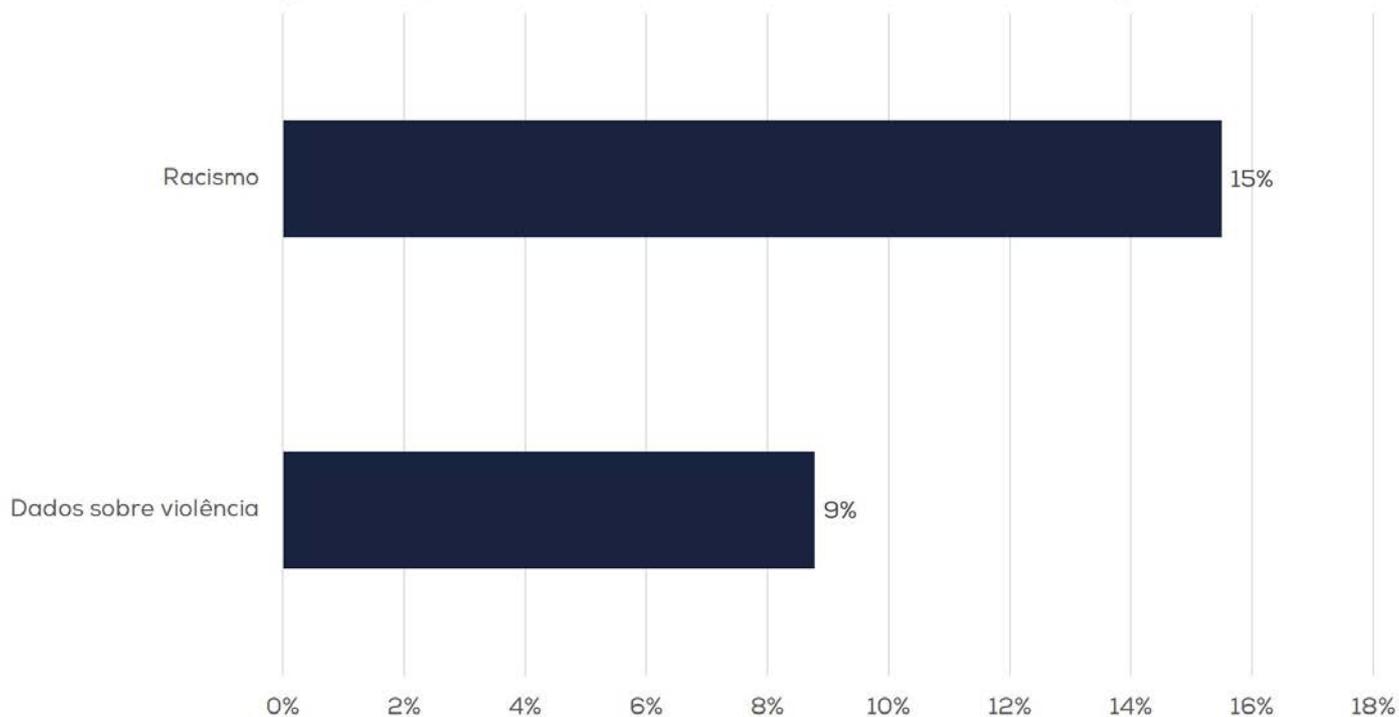
Tópicos selecionados no Twitter, entre 18/11 e 24/11



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados da API oficial do Twitter em tópicos selecionados.

O Dia da Consciência Negra mobilizou 151.328 menções. Uma análise das características de usuários e postagens, combinados, parece sugerir que houve de fato mobilização de usuários reais no Twitter. Quanto à temática da segurança pública e violência no âmbito do Dia da Consciência Negra, 15% das postagens falaram em racismo e 9% fizeram referência a mortes violentas da população negra.

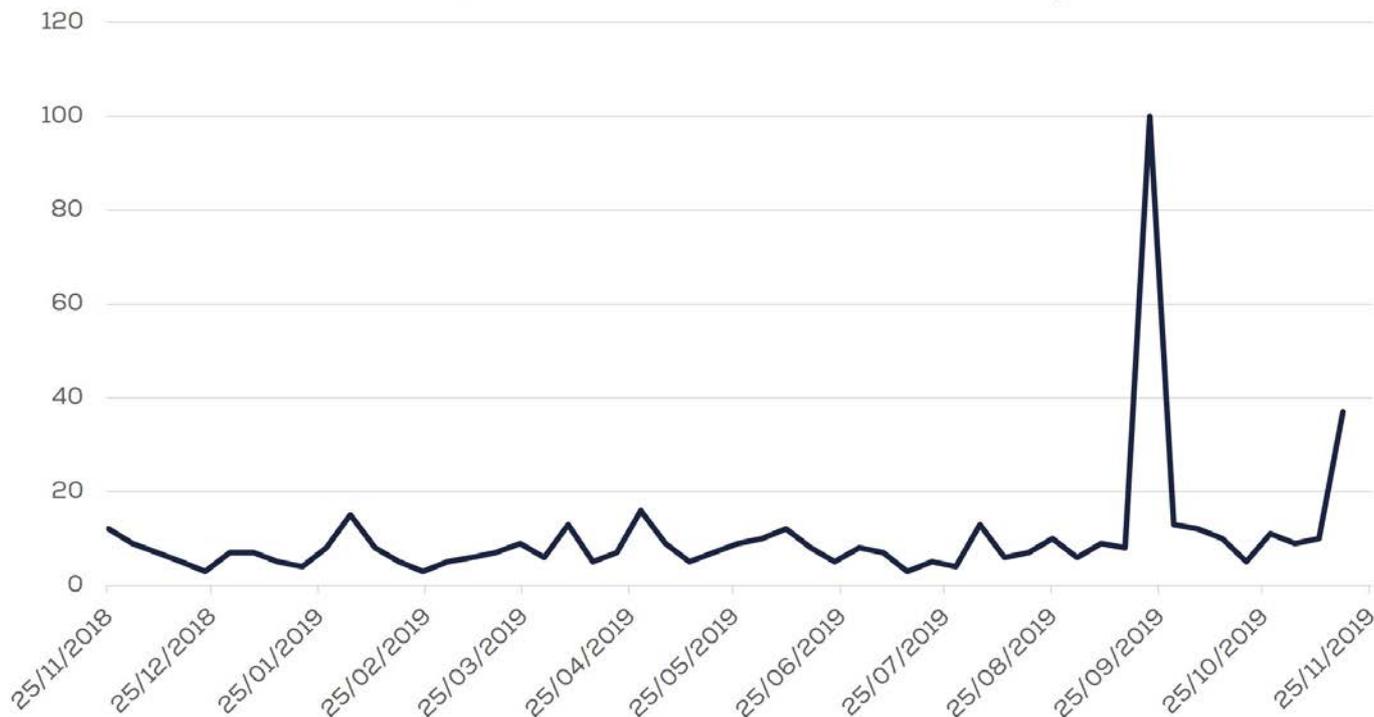
Argumentações em tweet sobre o Dia da Consciência Negra



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados da API oficial do Twitter em tópicos selecionados.

O deputado federal David Miranda (PSOL/RJ) chamou de “racismo e quebra de decoro parlamentar” a atitude do também deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), que quebrou uma placa exposta na Câmara dos Deputados, com charge que criticava a violência policial contra a população negra. Carlos Latuff, autor da charge, postou vídeo da manifestação de deputados na Câmara, que exibiam outras charges denunciando a seletividade racial da violência policial. [No Brasil, 75,4% das pessoas mortas em intervenções policiais entre 2017 e 2018 eram negras](#). As menções ao excludente de ilicitude atingiram novo pico no monitoramento dos últimos 12 meses, ficando atrás apenas do período do assassinato de Ágatha, atingida por fuzil da Polícia Militar no Rio de Janeiro, em setembro.

Interesse de pesquisa por excludente de ilicitude no Google (Brasil)



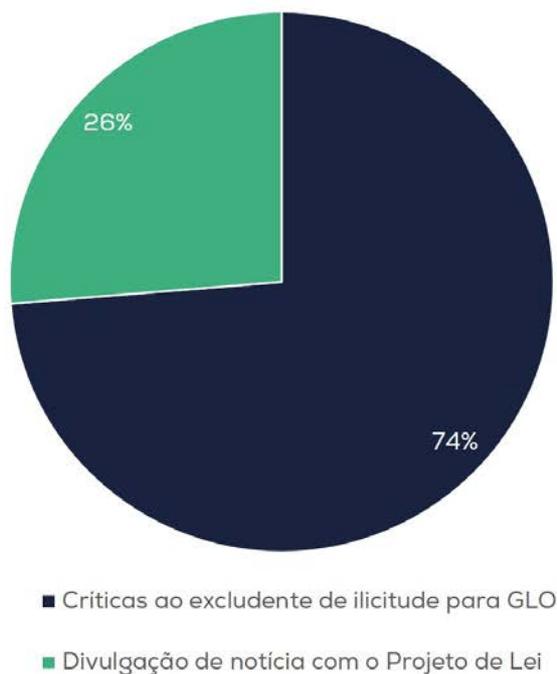
Fonte: Google Trends (Brasil).

Enquanto isso, os comentários que mencionam a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) somaram 4.679 postagens. Desse total, 74% dos tweets sobre a questão eram críticos ao excludente de ilicitude, sendo que os demais 26% eram apenas divulgação da notícia

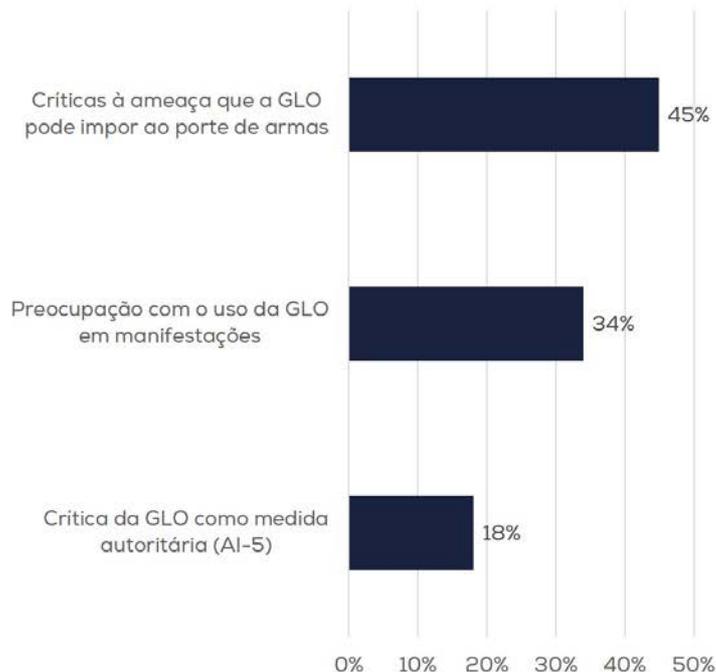
do PL, sem posicionamento favorável ou contrário. O excludente de ilicitude para militares envolvidos em operações da GLO presente no projeto de lei enviado pela presidência ao Congresso é tema da semana desta edição.

No entanto, dentre as críticas, 45% expressavam preocupação com o impacto que o excludente traz àqueles que portam armas. Nosso radar de redes detectou a hashtag #BolsonaroDesarmamentista, em reação ao projeto de lei, vinda de usuários defensores da liberação do porte de armas. Isto porque o projeto de lei apresentado pelo presidente garante o excludente de ilicitude aos policiais que usarem da força letal contra quem estiver ostensivamente armado, o que gerou receio daqueles que defendem o armamento da população. As postagens com essa hashtag somaram 5.550 menções, com média de 2,1 tweets por usuário. O restante das críticas ao projeto de lei indicam temor de que a força policial seja usada para reprimir manifestações, inclusive associando a medida ao antigo AI-5, um meio autoritário de controlar a oposição.

Composição de tweets que citam a Garantia de Lei e de Ordem



Argumentos no Twitter em críticas ao excludente de ilicitude na GLO



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipegem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

O senador Major Olímpio (PSL/SP), conhecido defensor do armamento da população e da maior capacidade letal das polícias para combater o crime, se manifestou nas redes. O major da Reserva da Polícia Militar de São Paulo elogiou o projeto, mas afirmou a necessidade de expandir a permissão para as demais atuações policiais, garantindo que mobilizará esforços no Congresso para isso. Figuras políticas contrárias à decisão, como os deputados federais Paulo Teixeira (PT/SP) e Ivan Valente (PSOL/SP), expressaram preocupação com o uso das polícias para repressão de protestos críticos ao governo, lembrando os casos de Chile e Bolívia. As últimas edições deste *Fonte Segura* vêm debatendo a questão do uso político e controle das forças policiais.

<https://backup.forumseguranca.org.br/o-que-dizem-as-redes1/template-1-o-que-dizem-as-redes-sociais-pmj22-sun5z-gqchz-v8y4p-i4up2-84qb5-pztii-xg2sv-9kjp6-g9vm4-zgktj-4c57u-zte6m-uegdf-fgxap-t5ath>

